

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora

Class.: YAR 01302

Data: 11/01/90

Pg.: \_\_\_\_\_

# Procurador ameaça prender Moreira Lima e Romeu Tuma

**Subprocurador geral da Justiça diz que acordo para remanejar garimpo é ilegal e ameaça o Governo Federal por descumprir uma liminar**

"Não tem qualquer valor jurídico o acordo realizado na madrugada de ontem entre o Governo e os garimpeiros para a criação de três áreas de garimpagem dentro da Floresta Nacional de Roraima, legalmente definida como área dos índios Ianomâmis." Foi o que afirmou ontem o subprocurador geral da República, Carlos Victor Muzzi. Ele admitiu que o Governo Federal poderá ser processado por crime de desobediência, previsto no Código Penal, se não interditar nove milhões de hectares em Roraima (hoje dividido em duas florestas nacionais e 19 áreas indígenas) e retirar da região todos os garimpeiros, como determina a liminar concedida em outubro passado pelo juiz Novely Vila Nova Silva Reis, da 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília.

**PRISÃO EM FLAGRANTE** — A seguir, deixou claro que poderá pedir a prisão em flagrante do ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, do diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, e do presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira.

"A ordem judicial de interdição da área - disse ele - foi dirigida ao Ministério da Aeronáutica, para que bloqueasse as pistas de pouso ilegais dentro da área indígena, e à Polícia Federal e à Funai, para retirada imediata dos garimpeiros. A Funai tem cumprido sua parte. Os responsáveis pelos demais órgãos federais poderão ser responsabilizados pelo descumprimento da ordem judicial, ou quem os impediu de cumpri-la.

Tirar garimpeiros da área indígena e colocá-los na Floresta Nacional é o mesmo que você chamar a Polícia para prender um ladrão que está na sala de sua casa e, chegando ali, a Polícia pedir ao ladrão que passe para a cozinha. É o maior dos absurdos", acrescentou.

**INTERPELAÇÃO DA ONU** — Também, "que uma vez descumprida a liminar, serão tomadas as devidas providências, porque decisão da Justiça é para ser cumprida, e não negligenciada".

Vale lembrar - continuou - que o Brasil é signatário da Convenção Internacional de Direitos Humanos da ONU e, neste caso específico, pode inclusive sofrer interpelação judicial internacional. O ministro da Justiça, Saulo Ramos, está dando palpite em lugar errado porque a liminar foi dirigida à Polícia Federal e ele parece estar impedindo o devido cumpri-



Aragão: Independência

mento. Ele disse ter encontrado uma solução à moda brasileira, com acerto e com afeto", concluiu.

**TUMA É INTIMADO** — O procurador da República, Eugênio José Guilherme de Aragão, requereu ontem, através de petição complementar de medida cautelar, a intimação do diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, para, dentro do prazo de 24 horas, esclarecer em juízo as razões para a não-retirada imediata dos garimpeiros que atuam nas terras indígenas dos Ianomâmis, em Rorai-

ma. Aragão reafirmou que o Governo Federal está desobedecendo uma determinação judicial." Para ele, "o decreto publicado no Diário Oficial da União, que regulamenta a garimpagem no Norte do País, está atropelando a independência dos poderes, pois antes de qualquer decisão do Judiciário, o Executivo não pode determinar a ocupação das terras."

**CRISE NA FUNAI** - A mudança de rumo na operação Canaimé, provocou uma crise na Funai, em Roraima, e que deverá se estender à sede do órgão em Brasília, nos próximos dias. Por ter sido excluído do processo de consulta, e por discordar do novo caminho tomado pela operação, pediu demissão do cargo ontem o administrador regional da Funai em Boa Vista, José Maria Sacramento.

**ENTREGA DE PISTA** — Os garimpeiros da pista de Paapiú - a primeira a ser entregue à Funai em reserva Ianomâmi - garantiram ontem diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que deixarão nos próximos dias a área, deslocando-se para uma das três áreas agora reservadas pelo Governo Federal para essa atividade - Catrimauí-Couto Magalhães, Uravicoera e Urarica-Santa Rosa, onde deverão ser cadastrados pelo Ibama. (ZH-Brasília/AGAI/Radiobrás)

## Kaiapó terá território demarcado

O presidente José Sarney assumiu ontem o compromisso de, até o final do seu governo (faltam 64 dias), demarcar o último território Kaiapó, ocupado por mais de 2 mil índios Mekragnoti (subgrupo da nação Kaiapó), com área de 4 milhões 938 mil e 100 hectares, na Serra do Cachimbo (MT). Não foi um simples compromisso perante líderes indígenas como Raoni, Megaron e Paulinho Paikã. O ato se revestiu de um caráter solene em razão das celebrações que testemunharam a decisão do presidente Sarney. Estavam presentes o roqueiro e criador da Fundação Mata Virgem Sting, a cantora Rita Lee e seu marido Roberto de Carvalho, o integrante do grupo Tilás, Arnaldo Antunes, e o vereador-cantor e compositor Gilberto Gil, além de ecologistas e outras lideranças indígenas.

A chegada do grupo, que utilizava um microônibus, quebrou a rotina do Palácio do Planalto. O grande objetivo era conseguir a decisão política do Governo de assegurar as terras aos kaiapó e cobrar do presidente a promessa, feita em março do ano passado, de autorizar a demarcação se houvesse dinheiro para a realização dos trabalhos.

O desafio feito por Sarney ao roqueiro Sting e ao grande líder Kaiapó, Raoni Txucarramãe foi superado. Depois de viajar 2 meses por 15 países da Europa e dos Estados Unidos, numa tourê que ganhou manchetes dos principais jornais do mundo, Sting e Raoni voltaram com dinheiro suficiente (mais de 1,5 milhão de dólares) para a demarcação das terras dos Mekragnoti.

**DETERMINAÇÃO** — Ontem, foi o dia de exigir do presidente a sua contrapartida. Não houve conflito. Segundo a conselheira administrativa da Fundação Mata Virgem, Maria Eunice Paiva, a cordialidade e a amizade caracterizam o encontro. Diante da reivindicação de Raoni, Sarney, por telefone, determinou aos presidentes da Fundação Nacional do Índio, Iris Pedro de Oliveira, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Fernando César Mesquita, a preparação da documentação para que o processo de demarcação possa ser iniciado. O processo, entretanto, está concluído há dois anos na Funai, esperando uma decisão política do governo. (ZH/Brasília)